

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT11.018

TERRITÓRIOS EDUCATIVOS JUVENIS: INCLUSÃO E DIVERSIDADE EM AMBIENTES DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Thiago Eduardo Freitas Bicalho¹
Raquel Quirino²

RESUMO

A categoria social juventudes pode ser estudada de diversas formas no âmbito comportamental e sociológico sendo necessária a realização de várias conexões para entender suas trajetórias e suas formas de vida em sociedade (Abramo, 1997; Marques, 1997; Melucci, 1997; Groppo, 2000). Tendo em vista todo o contexto apresentado, a problematização dessa realidade leva ao questionamento central desta investigação: Como a inclusão e a diversidade afeta os territórios educativos utilizados na aprendizagens de jovens de uma Instituição Federal de Educação Tecnológica? Afim de responder o questionamento proposto a pesquisa objetiva analisar como a inclusão e a diversidade afeta os espaços educativos de uma instituição federal de educação tecnológica frequentados pelos jovens e suas contribuições para a sua aprendizagem. No aspecto metodológico, a pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa de natureza exploratória para ampliar o conhecimento do território a ser utilizado. Como procedimento de pesquisa adotou-se a revisão sistemática da produção de trabalho apresentados em conferências na

1 Doutorando em Educação pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, contato@thiagobicalho.com.br;

2 Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, quirinoraquel@hotmail.com

instituição e depositadas em repositório próprio. Como técnica de coleta de dados utilizou-se a base de dados do portal de conferências, que armazena o resumo dos trabalhos apresentados nas conferências realizadas na instituição analisada utilizando o descritor inclusão. Os resultados apontam um volume reduzido de pesquisas tratando da temática, considerando apenas 166 produções e dentre elas uma abrangência diversa sobre a temática. Conclui-se no estudo exploratório que o ambiente local de aprendizagem dos jovens precisa ser analisado em suas nuances de infraestrutura, como também, de acessos sociais para uma ampliação do aprendizado na educação tecnológica.

Palavras-chave: Educação Tecnológica, Inclusão, Diversidade, Juventudes.

INTRODUÇÃO

As juventudes podem ser considerada uma categoria social e ser investigada de diversas formas porém, pelo âmbito comportamental e sociológico, é preciso realizar conexões com outras áreas do conhecimento para entender suas trajetórias e suas formas de vida em sociedade. O presente artigo³ olha para os jovens estudantes que frequentam uma instituição federal de educação tecnológica provocando a reflexão sobre os ambientes educacionais, ao qual denominamos aqui como territórios educativos, e pensando nas relações da inclusão e da diversidade nestes espaços.

Ao falar de territórios educativos, refletimos que os ambientes físicos ou locais coexistem com os ambientes digitais. Nessa dupla dimensão, o universo digital encontra materialidade nas conexões e nas práticas sociais das juventudes ao longo da sua trajetória de vida pessoal, educacional e profissional. O senso comum apresenta, de forma cada vez mais intensa, a máxima de que “os jovens só querem saber de internet”, porém, precisamos investigar cientificamente este fenômeno já que estas afirmações normalmente são colocadas de forma pejorativa e associando a conexão dos jovens no ciberespaço como algo negativo. As pesquisas constataam que a conectividade e as habilidades digitais estão presentes em maior grau na faixa etária dos jovens - 16 a 24 anos e de 25 a 34 anos - se comparada com outras faixas etárias (CGI.BR, 2016; 2024) algo que se apresenta como fator fundamental para entender as práticas juvenis.

Até aqui compreendemos que para entender o jovem precisamos olhar para a coexistência do ambiente físico com o ambiente digital, todavia, os jovens que adentram em espaços formais e não formais vinculados a educação profissional e tecnológica - EPT passa por mudanças significativas na vida⁴.

3 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

4 ⁴ Caso desejar saber mais sobre a mudança da vida dos jovens na EPT leia o trabalho “Avaliação diagnóstica do projeto de vida dos jovens alunos da educação profissional e tecnológica”

A educação pode ocorrer em diversos espaços e contém objetivos adotados por educadores, educandos e pelos sistemas educacionais. Seja intencionalmente ou não, qualquer prática educativa expressa princípios políticos pedagógicos (Nonato et al., 2016). Extrapolando os limites da educação formal, ao conectar a juventude com os territórios digitais torna-se relevante compreender os processos educativos decorrentes em ambientes não formais visto que a educação não formal já deixou de ser um campo de investigação em consolidação no Brasil (Garcia, 2007) para se tornar concreto na vida das juventudes.

A visão juvenil do processo educativo é enfatizada nesta investigação, considerando assim a contribuição do jovem, seus desejos e constatações já que muitas das propostas de educação não formal volta-se para o segmento considerado jovem (Park; Fernandes; Carnicel, 2007). Portanto, o entendimento das juventudes e dos seus usos educacionais dos territórios físicos e digitais inspiram a investigação a percorrer os caminhos da educação formal e não formal em busca de respostas para a influência destes territórios nas juventudes.

Para que seja possível investigar a relação dos jovens com a EPT podemos levantar questões como: Quais jovens são esses? Quais jovens tem acesso a EPT? Quais permanecem? Quais logram êxito e se inserem no mundo do trabalho? Essas problemáticas nos ajuda a compreender que não podemos falar de educação sem entender sobre a equidade educacional⁵, ao qual se solidifica nas discussões sobre a inclusão e a diversidade na educação. Souza e Oliveira (2021, p. 63) afirma que a educação profissional ainda é uma temática pouco explorada no âmbito da educação inclusiva, sendo aqui algo que problematizaremos em busca de respostas nesta investigação.

da Camilla de Oliveira Souza (2023).

- 5 O presente artigo representa o início das discussões e problematizações teóricas necessárias no processo de constituição e definição do problema de pesquisa na construção de uma tese de doutorado que abordará a inclusão na EPT para a garantia da equidade educacional no âmbito do acesso, permanência e êxito dos estudantes respeitando seus marcadores sociais da diferença e/ou sua deficiência.

Tendo em vista todo o contexto apresentado, a problematização dessa realidade leva ao questionamento central deste artigo: Como a inclusão e a diversidade afeta os territórios educativos utilizados na aprendizagem de jovens de uma Instituição Federal de Educação Tecnológica? Afim de responder o questionamento proposto, a pesquisa objetiva analisar como a inclusão e a diversidade afeta os espaços educativos de uma instituição federal de educação tecnológica frequentados pelos jovens e suas contribuições para a sua aprendizagem.

Por se tratar de uma pesquisa com abordagem qualitativa, exploratória e em uma perspectiva de análise no caráter crítico, a partir do método dialético, outras questões poderão surgir ao longo do levantamento teórico e empírico e, serão abordadas e analisadas dentro das possibilidades e limitações impostas. Pela área de educação ser muito ampla, com esferas distintas de jurisprudência, escolheu-se para esta investigação uma instituição federal de educação tecnológica dentro dos limites territoriais do estado de Minas Gerais, que oferta a EPT na educação básica, por meio do ensino médio, e no ensino superior, por meio da graduação e pós-graduação.

Com o intuito de justificar a importância deste artigo necessitamos retomar alguns pontos da problemática que compõe esta apresentação.

O avanço das tecnologias digitais e a crescente presença dos jovens em ambientes virtuais destacam a necessidade de compreender como esses espaços influenciam suas trajetórias profissionais. Em Minas Gerais, os territórios educativos locais, como escolas, centros culturais e organizações da sociedade civil - OSCs, têm uma tradição significativa de formação que permeia a vida da pessoa proponente desta investigação, é sua trajetória levou a questionar como essas experiências interagem com os ambientes digitais para moldar a vida dos jovens. A justificativa pessoal e de envolvimento com a pesquisa soma-se a algumas questões secundárias que permeiam a investigação e que necessitam ser respondidas para uma compreensão da questão central colocada.

O cerne do artigo é, em primeiro lugar, entender os espaços educativos locais frequentados pelos jovens e suas contribuições para o

desenvolvimento de habilidades profissionais e pessoais que são levadas para a vida. Em seguida o foco é compreender como a presença digital dos jovens se concretiza no ciberespaço, principalmente no contexto societário de emergência das discussões sobre a inteligência artificial. E, por fim, busca-se entender como a diversidade e a inclusão é manifestada nas interações presentes nos territórios educativos locais e digitais.

Este estudo contribuirá para a compreensão de como as relação entre inclusão e diversidade sobre o olhar dos jovens estudantes podem ser potencializadas para criar políticas públicas e práticas educativas que suportem o desenvolvimento integral dos jovens em contextos tanto locais quanto digitais.

Se faz necessária a transformação para a potencialização dos benefícios dos estudos aos jovens, assim como o presente artigo ao investigar os jovens e seus processos educativos escolares e não escolares estão diretamente ligados a dimensão da Educação quando toca no universo escolar, por meio da sua verticalização que contempla desde o ensino médio a pós-graduação stricto sensu e na dimensão da cultura por buscar compreender a relação da juventude no ciberespaço.

Caberá destacar que haverá um olhar para os processos formativos e os ambientes de aprendizagem dos jovens dentro e fora da Educação Profissional e Tecnológica, comparando-as com o universo mediado ou não por tecnologias digitais. A instituição federal de educação tecnológica analisada oferta cursos na modalidade de educação profissional e tecnológica e é, formada e permeada, por vários ambientes não formais de educação que serão colocados a prova nesta presente investigação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com o intuito de apontar caminhos teóricos que serão aprofundados ao longo da pesquisa, a seção de referencial teórico se divide em: (i) uma subseção para abordar a relação da juventude com a educação profissio-

nal e tecnológica e (ii) uma subseção para discutir a cibercultura como uma prática constante da juventude no século XXI.

JUVENTUDES EM TERRITÓRIOS EDUCATIVOS LOCAIS: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E SEUS PROCESSOS FORMATIVOS

A juventude, no aspecto social, é considerada como uma categoria social (Abramo, 1997; Marques, 1997; Melucci, 1997; Groppo, 2000) pois, assim como outras faixas etárias, possui comportamentos, atitudes e situações vividas com ênfase nesta fase da vida. A juventude como categoria social (etária) nasce em uma abordagem estrutural-funcionalista através de Emile Durkheim, perpassa uma teoria crítica e avança para teorias pós-críticas de concepção de juventude. Como forma de delimitação do artigo vamos abordar apenas as concepções da teoria pós-crítica e sua relação com os processos formativos na educação profissional e tecnológica.

A teoria pós-crítica da sociologia das juventudes emerge em um cenário de mudanças ocorridas na crise da sociologia, que está associada diretamente, com a crise da modernidade (Groppo, 2017). Esse movimento impacta a vida dos jovens em múltiplas dimensões como a pessoal, educacional, profissional, comunitária e outras. Assim sendo, para compreender a juventude é necessário situá-la dentro das categorias etárias e discutirmos suas transformações na contemporaneidade.

Ao situar os jovens dentro de uma categoria etária, levanta-se a discussão do que podemos considerar o “ser jovem”. Debert (2010) faz duras críticas as práticas das categorias etárias e afirma que com a modernidade não estamos diante de uma extinção desta categoria (juventude) mas de uma fragilidade e confusão dos padrões que constituem a condição juvenil.

Esta fragilidade e confusão dos padrões que define a condição juvenil da juventude pode ser percebida pela ação do estado através das políticas públicas. No Brasil, na condição de estado onde decorre esta investigação, definiu no Estatuto da Juventude que jovem é, para efeito de leis, as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos (Brasil, 2013).

Mesmo com o marco etário, as pesquisas no campo da juventude brasileira propõem a expansão do entendimento de juventude para além das faixas etárias conforme previsto por Debert (2010) o que corrobora para que, ao olhar sobre a oferta de ensino superior na modalidade de educação profissional e tecnológica, tenhamos a compreensão do ambiente educacional que é historicamente marcado pela presença de jovens para efeito de lei (dentro da faixa etária de 15 a 29 anos) e jovens na compreensão alargada das condições juvenis (mantendo padrões sociais e comportamentais vinculados a juventude).

Abramo (1997) aponta em sua pesquisa sobre a juventude a necessidade de considerar os próprios jovens, escutar e refletir suas experiências, suas percepções e suas formas de atuação e sociabilidade. Seguindo essa premissa, a compreensão dos territórios educacionais locais na educação formal e na educação não formal emerge da percepção dos jovens que consideram essas e outras características sociais, históricas e culturais (Perondi; Vieira, 2018, p. 51) para consolidar a sua identidade juvenil e contribuir com seus processos formativos.

O processo de formação integral dos sujeitos tem uma remota origem, como afirma Ciavatta, onde a educação pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica (Ciavatta, 2014). Dentre outras características, para o entendimento das juventudes na sua relação com a educação profissional e tecnológica não pode ser negligenciados os marcadores sociais da diferença e discutir tensões na base das relações de classe, no padrão de trabalho, nas relações entre políticas de Estado e interesses do capital (Arroyo, 2019).

Nos deparamos com a existência de uma “segunda modernidade” que torna a forma de vida da juventude instável, reversiva, precária, transitória e outras características que torna as referências de vivência da juventude – sociais, históricas e culturais – mais embaralhadas (Grosso, 2017). Com isso a juventude na contemporaneidade é marcada por uma socialização ativa e flexível que busca contribuir com a sua gestão do presente, que

significa, enfim, ser capaz de elaborar identidades, suficientemente coerentes para dar certa estabilidade ao sujeito, mas suficientemente flexíveis para permitir alterações em uma era de grande mutação tecnológica e social. (Groppo, 2017, p. 126)

Neste cenário de imprevisibilidade das mudanças tecnológicas e sociais a condição juvenil se torna dialética por estar assentada em uma relação de contradição entre a sociedade e a juventude (Groppo, 2010). A educação profissional e tecnológica, assumindo um caráter omnilateral, tem a capacidade de formar profissionais com uma análise crítica sobre a ciência e a tecnologia e, segundo Arroyo (2019, p. 13), construir uma análise crítica dos seus impactos na sociedade, na política, nas desigualdades de classe, raça, gênero [...] uma análise crítica desses impactos na formação profissional e tecnológica.

Contudo, as mudanças tecnológicas e sociais na condição juvenil aponta para dois movimentos que são essenciais: atentar sempre as mudanças ocorridas no amago da educação e da sociedade e reconhecer que as dimensões que compõem a condição juvenil e que estão fragilizadas na “segunda modernidade” devido a multiplicidade de fatores sociais que influenciam e as constantes mudanças.

JUVENTUDES EM TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DIGITAIS: A CIBERCULTURA JUVENIL NAS TRAJETÓRIAS CONTEMPORÂNEAS

Neste artigo, o desejo de reconhecer as mudanças que tornam-se constantes na contemporaneidade leva a análise da cibercultura como uma prática no século XXI, especificamente no âmbito dos jovens, demonstrando sua importância e a necessidade de ser abordada na análise das categorias sociais.

As tecnologias da informação e comunicação - TICs realizaram transformações consideráveis na vida cotidiana, na utilização do tempo, nas modalidades de relação com os outros (sociabilidade) e na intimidade (Le Breton, 2017). Tais transformações provocaram uma alteração na

contemporaneidade, “praticamente obrigando” a relação e posse de itens tecnológicos no dia a dia, principalmente entre a juventude. Hoje, nas interações entre os jovens, as mediações tecnológicas revelam seu potencial alternativo (Martín-Barbero, 2008) não podendo limitar a visões extremistas e catastróficas da inserção da tecnologia na vida cotidiana.

Os aparatos tecnológicos são, portanto, a ponte para acesso ao ciberespaço.

Segundo Levy (1999) o ciberespaço é o

novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (Lévy, 1999, p. 17)

Este ciberespaço constitui-se como um processo comunicacional uma vez que é uma composição entre os usuários e o fluxo de informações. A principal contribuição da revolução que ocorreu com a internet foi o retorno da dinâmica da comunicação oral, agora modificada, mesclando escrita, imagens e oralidade o fluxo intenso de comunicação virtual (Stengel; Mineiro, 2017). Esta nova forma de comunicação transforma o ciberespaço em um local de trocas, onde existe liberdade de expressão para os que criam e produzem a cultura virtual, bem como, o desenvolvimento da tolerância para com os receptores desta linguagem (Setton, 2009).

A difusão da cultura virtual em formas de manifestações juvenis pode ser acessada em qualquer local do mundo, através do ciberespaço. O jovem tem a liberdade ideológica e tecnológica de explorar, integrar e misturar o planeta e toda a história da humanidade, sendo que o estado-nação tornou-se o mundo e tudo presente nele (Castells, 1999). Em um cenário que fluxo de informações entre as pessoas é parte constituinte da experiência humana nas redes emerge a cibercultura. Compreende-se então como cibercultura a forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base microeletrônica (Lemos, 2003).

Aproximando o resgate teórico de juventude e cominando com a cibercultura - caracterizada aqui por uma mudança ocorrida na forma de constituição das relações sociais no século XXI – propõe-se a emergência de uma cibercultura juvenil. Para situar este novo conceito é necessário destacar a flexibilização da categoria social juventude (Debelt, 2010), a forma de vida da juventude na “segunda modernidade” (Groppo, 2017) e a consolidação do ciberespaço, cibercultura e tecnologias da informação e comunicação na atualidade (Lévy, 1999; Castells, 1999; Lemos, 2003; Martín-Barbero, 2008; Le Breton, 2017).

O espaço de manifestação da cibercultura juvenil é nas redes que

constituem-se em novos ambientes culturais, em que se entrelaçam novas formas de relações sociais que fornecem aos adolescentes novos cenários para explorar identidades, e, portanto, contribuem para que eles experimentem outros modos de ser e estar no mundo. (Stengel; Mineiro, 2017, p. 136)

Esta experimentação do modo de ser e estar no mundo é que constitui o jovem como sujeito e, relacionando-a com a cibercultura a torna flexível o bastante para suportar as mudanças na sociedade.

Conceitua-se a cibercultura juvenil como experiências juvenis que ocorrem no ciberespaço, seja ela com intuito de informação, entretenimento, relações sociais, videoconferências, co-criação cultural, relacionamentos amorosos e outras dimensões de suas vidas.

A investigação proposta por este artigo inicia o caminho de corroborar para a argumentação de prova para consolidar o conceito e apresentar as necessidades latentes aos jovens, uma vez que nasceram nesta nova ordem social/tecnológica e são protagonistas na adesão ao uso do ciberespaço e das redes sociais (Stengel; Mineiro, 2017).

METODOLOGIA

Esta investigação será desenvolvida segundo uma abordagem qualitativa, haja vista que sua expectativa está no aprofundamento da

compreensão de um grupo social, a fim de compreender e problematizar as relações sociais e a inserção dos sujeitos de um determinado grupo no mundo do trabalho.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa tem caráter exploratório e crítico para proporcionar “maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito” (Gil, 2002, p. 41). A pesquisa é considerada uma pesquisa teórica-conceitual.

A pesquisa teórica-conceitual inicia-se com a formulação da problemática inicial que norteia a apresentação da questão e dos objetivos de pesquisa, sendo todas as informações reunidas no artigo. Partindo deste momento realiza-se as três etapas que subdivide o momento teórico-conceitual: a pesquisa teórica e a revisão da literatura (Gil, 2008).

A pesquisa teórica foi realizada por meio de bibliotecas físicas das instituições educacionais de Belo Horizonte e acrescidas por pesquisas realizadas em repositórios de e-books e no acervo dos próprios pesquisadores e do grupo de pesquisa⁶. Para a realização da revisão da literatura adotou-se como procedimento de pesquisa a revisão sistemática da produção de trabalho. Os trabalhos analisados foram coletados no portal de conferência da instituição que foi criado para reunir e proporcionar o gerenciamento eletrônico de vários eventos promovidos e realizados no âmbito da instituição. O acesso posterior aos resumos de trabalhos e a guarda da produção científica gerada na instituição é, segundo a instituição, uma maneira de promover a divulgação e disseminação do conhecimento técnico-científico produzido⁷.

Como técnica de coleta de dados utilizou-se a base de dados do portal de conferências, que armazena o resumo dos trabalhos apresentados

6 A investigação contou com o apoio das dependências do Grupo de Pesquisa em Formação e Qualificação Profissional – FORQUAP, sob coordenação da Profa. Dra. Raquel Quirino e vinculado ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET.

7 Para preservar o anonimato da instituição o trecho informado por ela no repositório não será informado.

nas conferências realizadas na instituição, e para encontrar os trabalhos foi realizado uma busca simples do descritor “inclusão”.

Após a pesquisa foram apresentados 187 resultados que foram organizados em uma planilha do Microsoft Excel, numeradas e com todas as informações compiladas. Os resumos foram lidos e adotou-se como critério de exclusão o empenho do termo “inclusão” no contexto de colocar algo ou inserir visto que essa expressão apareceu recorrentemente desta forma em trabalhos que não dialogavam com a educação inclusiva. Os dados coletados serão sistematizados e analisados por meio de um caráter crítico, a partir do método dialético para que, à medida que os dados forem interpretados o objeto de pesquisa se torne mais familiar, sempre em busca de responder a questão central da pesquisa e atender aos objetivos propostos.

A INCLUSÃO E A DIVERSIDADE NOS EVENTOS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao aplicar os critérios de exclusão, a pesquisa retorna apenas 166 produções, o que representa um número baixo em comparação com a temática tratada. Cabe ressaltar que os trabalhos analisados majoritariamente foram apresentados em três tipos de evento: nas Mostra Específica de Trabalhos e Aplicações, evento voltado para a produção de jovens pesquisadores vinculados ao ensino médio, na Semana de Ciência & Tecnologia, que reúne a produção científica dos jovens graduandos e no Seminário de Discentes dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu.

A análise de conteúdo dos resumos indicou sete eixos recorrentes que estruturam as práticas e debates de inclusão e diversidade na instituição, sendo eles a inclusão digital e tecnologias; a acessibilidade e deficiência; os aspectos socioeconômicos e políticas públicas; a educação inclusiva; os marcadores sociais de Raça, etnia, quilombola e/ou indígena; a Violências e bullying e os marcadores sociais de Gênero e sexualidade.

No âmbito da Inclusão digital e tecnologias os trabalhos apresentam uma ênfase em robótica educativa, plataformas, aplicativos e soluções de baixo custo voltadas a ampliar acesso e participação discente. As experiências tendem a ser mão na massa, articuladas a problemas reais (ex: protótipos e apps para comunicação ampliada), favorecendo aprendizagem significativa e protagonismo estudantil.

No âmbito da acessibilidade e deficiência os trabalhos possuem forte presença de tecnologia assistiva (leitores para baixa visão, materiais adaptados, LIBRAS) e avaliações de barreiras arquitetônicas. As ações mapeiam obstáculos físicos e comunicacionais e propõem soluções pragmáticas.

No aspectos socioeconômicos e políticas públicas os trabalhos abordam vulnerabilidades, permanência estudantil e direitos. A conexão com políticas de assistência e equidade aparece como mediadora de acesso e trajetória formativa.

No aspecto da Educação inclusiva, de forma geral, as discussões apresentadas pelos jovens abordam a escola/campus inclusivo, metodologias ativas e adaptação didático-pedagógica.

No aspecto dos marcadores sociais de Raça, etnia, quilombola e/ou indígena encontra-se ainda sub-representado frente ao peso que marcadores raciais têm na equidade de acesso e permanência. Quando presente, surge em ações de sensibilização e intervenções pontuais. No aspecto das violências e bullying e de gênero e sexualidade os temas aparecem de forma marginal e episódica, em geral via extensão e rodas de conversa.

Os achados nos apontam que os territórios educativos perpassam por forte centralidade do laboratório/oficina, na concepção do digital como extensão do território, na baixa capilaridade institucional e nos processos incipientes de interseccionalidade. Para contribuir com a aprendizagem dos jovens seria necessário, portanto, a sensação de engajamento e pertencimento, o desenvolvimento de competências técnicas, comunicacionais e colaborativas, a redução das barreiras de acesso e cobrir as lacunas que dificultam mensurar contribuição como a escassez de indi-

cadres de aprendizagem (pré-pós, rubricas, notas, evasão), a ausência de séries históricas e a descrição limitada de como docentes incorporam práticas inclusivas no currículo e na avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento dos resumos revela que a inclusão e a diversidade já atravessam os territórios educativos da instituição, sobretudo por meio de projetos tecnológicos e de acessibilidade localizados em laboratórios e oficinas. Tais iniciativas contribuem para a aprendizagem ao promover engajamento, competências técnicas e redução de barreiras de participação. Entretanto, a baixa institucionalização, a escassa interseccionalidade e a ausência de indicadores de aprendizagem limitam a transformação estrutural desses territórios.

Conclui-se que a efetividade da inclusão e da diversidade na EPT depende de transitar do modelo de projeto para políticas acadêmicas sustentadas por novos desenhos pedagógicos, formação docente, monitoramento e programas de pertencimento. Recomenda-se, como desdobramento empírico, (i) estudos longitudinais de permanência/conclusão com recortes de deficiência, raça/etnia, gênero e renda; (ii) novos experimentos curriculares e avaliação inclusiva; (iii) avaliação de impacto de tecnologia assistiva e ciberterritórios na aprendizagem, com métricas padronizadas. Tais ações podem consolidar uma arquitetura inclusiva de territórios educativos (físicos e digitais) com equidade como princípio organizador, potencializando trajetórias formativas de jovens na educação tecnológica.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5 & 6. Num, p. 25-36, 1997.

ARROYO, Miguel G. A educação profissional e tecnológica nos interroga. Que Interrogações?. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 5-18, 2019. DOI: 10.36524/profept.v3i1.374. Disponível em:

<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/374>.. Acesso em: 15 dez. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, Juliana; EDNILSON, Rodrigo. **Culturas Juvenis e Tecnologias**. Projeto Diálogos com o Ensino Médio. 2012. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/jubemi/pdf/modulo_04_01.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2018.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 08 mar. 2017

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. 6a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. (A era da informação: economia, sociedade e cultura).

CGI.BR - Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2015**. São Paulo: Cetic.br, 2016.

_____. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros: TIC domicílios 2023**. São Paulo: Cetic.br, 2024.

ClAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnicidade e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 15 dez. 2024.

DUARTE, Maricelma Tavares. **Redes sociais virtuais, sociabilidade juvenil: os sentidos atribuídos por um grupo de jovens do ensino médio da rede pública de educação de Porangatu**. Goiânia: PUC Goiás, 2016. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.

FERREIRA, Lygia Socorro Sousa. **Cibercultura, Imaginário e Juventude – A influência da internet no imaginário de jovens brasileiros**. São Paulo: PUC/SP, 2009. Dissertação (Mestrado), Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

GARCIA, Valéria Aroeira. Educação não-formal: um mosaico. In: PARK, Margaret Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo. (Org.).

Palavras-chave em educação não-formal. Holambra: Editora Setembro; Campinas: Unicamp/CMU, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude - Ensaio sobre a sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

_____. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. **Última Década**, nº 33, CIDPA Valparaíso, 2010. p. 11-26.

_____. **Introdução à sociologia da juventude.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

LE BRETON, David. Adolescência e comunicação. In: LIMA, Nádia Laguárdia de; Et al. **Juventude e cultura digital: diálogos interdisciplinares.** Belo Horizonte: Ed. Artesã, 2017. p. 15-31.

LEMOS, André. CIBERCULTURA. Alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (orgs). **Olhares sobre a Cibercultura.** Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 11-23.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Márcia. O uso de entrevista na pesquisa empírica. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS JÚNIOR, Jaime (Org.). **Métodos de pesquisa em ciências sociais:** bloco qualitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP São Paulo, 2016, 72p.

MARQUES, Maria Ornélia da Silveira. Escola noturna e jovens. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5 & 6. Num, p. 63-75, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, Silvia H.S.; FILHO, João Freire. **Culturas juvenis no século XXI.** São Paulo: Educ., 2008. p. 09-32.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5 & 6. Num, p. 5-14, 1997.

NONATO, Symaia Poliana; ALMEIDA, Jorddana Rocha de; FARIA, Ivan; GEBER, Saulo Pfeffer; DAYRELL, Juarez. Por uma pedagogia das juventudes. In: DAYRELL, Juarez. (Org.). **Por uma pedagogia da juventude: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo. (Org.). **Palavras-chave em educação não-formal**. Holambra: Editora Setembro; Campinas: Unicamp/CMU, 2007.

SETTON, Maria das Graças Jacintho. Juventude, Mídias e TIC. In: SPOSITO, MARILIA PONTES (Org.). **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v. 2. p. 63-86.

STENGEL, Márcia; MINEIRO, Evandro Ornelas. Laço fortes ou fracos? Os adolescentes e s laços nas redes sociais. In: LIMA, Nádía Laguárdia de; Et al. **Juventude e cultura digital: diálogos interdisciplinares**. Belo Horizonte: Ed. Artesã, 2017. p. 135-149.

